

Manifesto pela (ressignificação da) Ciência na formulação da Boa Governança Ambiental do Brasil

Ciência, Tecnologia e Inovação na formulação de Políticas Públicas Ambientais

“A **Legislação** é uma ciência para governança de um Estado e negociação para compatibilizar interesses”
(<https://brainly.com.br/tarefa/11092984>).

O presente manifesto tem por objetivo estabelecer e clarificar princípios essenciais para a Boa Governança Ambiental do Brasil - propondo seu contínuo aperfeiçoamento para a consecução da gestão do meio ambiente por meio de adequadas políticas públicas utilizando-se do conhecimento científico, necessário à busca da sustentabilidade ambiental.

Tem ainda a inovadora e ambiciosa tarefa de trazer fundamentos para uma melhor proteção ambiental para todos os setores do desenvolvimento.

Ressaltamos que o momento atual, frente a emergência climática assinalada pelo relatório AR6 do IPCC, exige uma ampla aliança de todos os setores da sociedade brasileira para a superação dos desafios atuais e em busca de Boa Governança para a consecução dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, propostos pelas Nações Unidas, sem prejuízo de outras agendas a serem agregadas.

Assim sendo, o presente referencial se propõe a orientar as ações do Observatório da Governança Ambiental do Brasil nos aspectos do aporte científico como elemento de exigência e controle externo, com vistas a contribuir para a formação de políticas públicas que apresentem resultados efetivamente transformadores, à altura das necessidades do

Antropoceno e em conformidade com as mais elevadas expectativas da sociedade brasileira.

Dessa forma, trazemos os seguintes **Considerandos**:

Considerando que o Brasil precisa recuperar a estrutura de um Estado democrático, promovendo a Boa Governança Ambiental baseada em conhecimento científico, para ser capaz de lidar com os desafios que o desenvolvimento impõe;

Considerando ser fundamental para o desenvolvimento sustentável as oportunidades dos povos em serem atores de suas vidas e de seu futuro, de participarem das tomadas de decisões de forma bem informada, de expressarem suas preocupações considerando a relevância de um trabalho conjunto e com aporte científico para garantir o meio ambiente equilibrado e um futuro saudável para as gerações presentes e futuras;

Considerando, ainda, que Educação e Ciência são essenciais para a reconstrução e o futuro do Brasil, sendo prioridade a retomada e fortalecimento do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação a partir das políticas de Estado e das prioridades nacionais de interesse público;

Considerando que o Brasil dispõe de amplo aparato científico e tecnológico representado por institutos públicos de pesquisa; agências de fomento; universidades de renome internacional, faculdades e escolas de tecnologia e muitas outras instituições federais, estaduais, municipais e privadas de ensino e pesquisa, que geram conhecimento, tecnologias, formam recursos humanos, produzem bens e serviços e dão suporte à inovação no setor produtivo e em políticas públicas;

Considerando a imprescindível necessidade de fortalecer e manter as condições adequadas para que o Sistema de CT&I cumpra sua missão, dever de uma política de Estado comprometida com a qualidade de vida da população brasileira e com o avanço do setor produtivo inovador;

Considerando que tal aparato científico tem sido desconsiderado e subutilizado na formulação das políticas públicas e para a consecução de uma Boa Governança Ambiental, diante de um processo negacionista que se instalou nos planos nacional e internacional, por meio de governos influenciados por pensamentos de crescimento econômico anacrônicos, dissociados da necessidade premente da sustentabilidade planetária, em que pese as inúmeras comprovações científicas sobre esta necessidade;

Considerando que, neste cenário, faz-se imprescindível a assumpção de um compromisso ético para desenvolver e implementar planos de gestão baseados no melhor conhecimento disponível;

Considerando que uma Governança Ambiental baseada no conhecimento efetivará, em nível local, subnacional, nacional, regional e global, a representação das vozes e interesses de todos, como direitos difusos de toda a sociedade, inclusive para a manutenção dos processos naturais vitais para a promoção do desenvolvimento sustentável e a própria sobrevivência da humanidade;

Considerando, ainda que, essa defesa fundamental da vida e da qualidade de vida não poderá prescindir da criação de um ambiente propício para o desenvolvimento, adaptação, difusão e transferência de tecnologias ambientalmente saudáveis;

Considerando que, dessa forma, a Ciência, como um sistema de aquisição de conhecimento baseado no método científico, é trabalho, construção, investimento e dedicação de quem tem compromisso com a busca da verdade;

Considerando, ainda que, a expansão do conhecimento científico leva ao desenvolvimento, motivo pelo qual a Ciência não pode ser vista como gasto, mas como investimento indispensável à construção de uma Boa Governança Ambiental, na expectativa de um futuro melhor para todos os brasileiros;

Considerando ainda a necessidade de promover uma melhor compreensão da ciência pela sociedade, sendo crucial que os

formuladores de políticas evitem simulações e a adoção de pseudofatos que lhes são politicamente úteis, mas com falhas científicas;

Considerando a necessidade de manter um estágio eficiente de exigência social sobre a Governança Ambiental, evitando a sobreposição de interesses econômicos setoriais, típicos do *business as usual*, sobre os interesses maiores da proteção ambiental;

Considerando que, para ultrapassar essas barreiras do anacronismo econômico, é preciso proporcionar novas aberturas criativas, onde a academia possa criar pontes com a sociedade civil – promovendo a ciência como influenciadora das políticas públicas ambientais, como matéria a ser ensinada e comunicada a um público mais amplo e diversificado, permitindo instruir e comunicar não apenas o conteúdo das teorias científicas, mas também a forma como a ciência é produzida e o caráter provisório de todo conhecimento científico em evolução e as incertezas associadas a eles, permitindo, dessa forma, a percepção pela sociedade que a ciência é, acima de tudo, um empreendimento coletivo, onde as melhores teorias e dados emergem do diálogo e da crítica dentro da comunidade científica;

Considerando ser importante a valorização dos profissionais da ciência, garantindo princípios fundamentais como os de promover o conhecimento, em sua irrestrita amplitude, assim como a importante contribuição da comunidade científica e tecnológica para o desenvolvimento sustentável e a importância de fortalecer as interfaces entre ciência e política através da análise de documentação, da reunião de informações e avaliações dispersas, incluindo a possibilidade de diagnósticos localizados e de total abrangência, sob a forma de um relatório global de desenvolvimento sustentável, com base nas avaliações existentes;

Considerando ser imprescindíveis ações de cooperação em inovação tecnológica, pesquisa e desenvolvimento e que, para esse fim, é preciso apoiar a capacitação científica e tecnológica, com a colaboração entre

instituições de pesquisa, universidades, setor privado, governos, organizações não governamentais e cientistas;

Considerando ser imprescindível reforçar a interface entre ciência e ação, especialmente diante da imperiosa necessidade de se buscar a Boa Governança Ambiental, voltada ao desenvolvimento sustentável, com o objetivo de reforçar as capacidades nacionais e melhorar a qualidade dos trabalhos de pesquisa necessários para a elaboração de políticas públicas e para a tomada de decisão; e

Ressaltamos que os esforços da governança de regimes de transição, como ocorre nos dias de hoje, assolados por falsas controvérsias científicas apresentadas por grupos de interesse em detrimento do bem social, do desenvolvimento sustentável e da conservação ambiental, devem se voltar ao aumento da conscientização sobre as práticas científicas, capacitando o público em geral para apreciar melhor a diferença entre as afirmações infundadas que circulam nas mídias sociais e os esforços reais de pesquisa rigorosa.

Dessa forma, propomos a imediata inserção do melhor conhecimento científico para a tomada de decisão e a consecução de uma Boa Governança Ambiental do Brasil, para a qual sugerimos as seguintes prioridades:

- 1 - Promover e assegurar uma maior participação da ciência e da pesquisa na construção de pontes para preencher as lacunas entre Ciência e Políticas Públicas;
- 2 – Promover debates entre cientistas e a sociedade civil, incluindo os públicos-alvo, no diálogo sobre as Políticas Públicas;
- 3 – Promover entendimentos e estabelecer protocolos para a quebra de preconceitos e do negacionismo científico;

4 – Promover, discutir, propor, demandar e estimular o estabelecimento de mecanismos de consulta, participação e manifestação da comunidade científica, considerando as necessárias premissas de publicidade, transparência e liberdade de expressão, diante de decisões envolvendo matérias socioambientais, como avaliações de planos, projetos e empreendimentos, a exemplo daqueles referentes a instalação de obras de infraestrutura ligadas a diferentes setoriais (energia, transporte, saneamento e abastecimento de água entre outros), projetos de desenvolvimento locais e regionais, e outras iniciativas de implicações relevantes nos territórios dos diferentes biomas brasileiros.

5 - Promover, discutir, propor, demandar e estimular o estabelecimento de mecanismos de consulta, participação e manifestação da comunidade científica, considerando as necessárias premissas de publicidade, transparência e liberdade de expressão, em casas legislativas em diferentes esferas de competência (federal, estadual e municipal), diferentes órgãos colegiados e diferentes instâncias de decisão no âmbito dos poderes executivo, legislativo e judiciário.